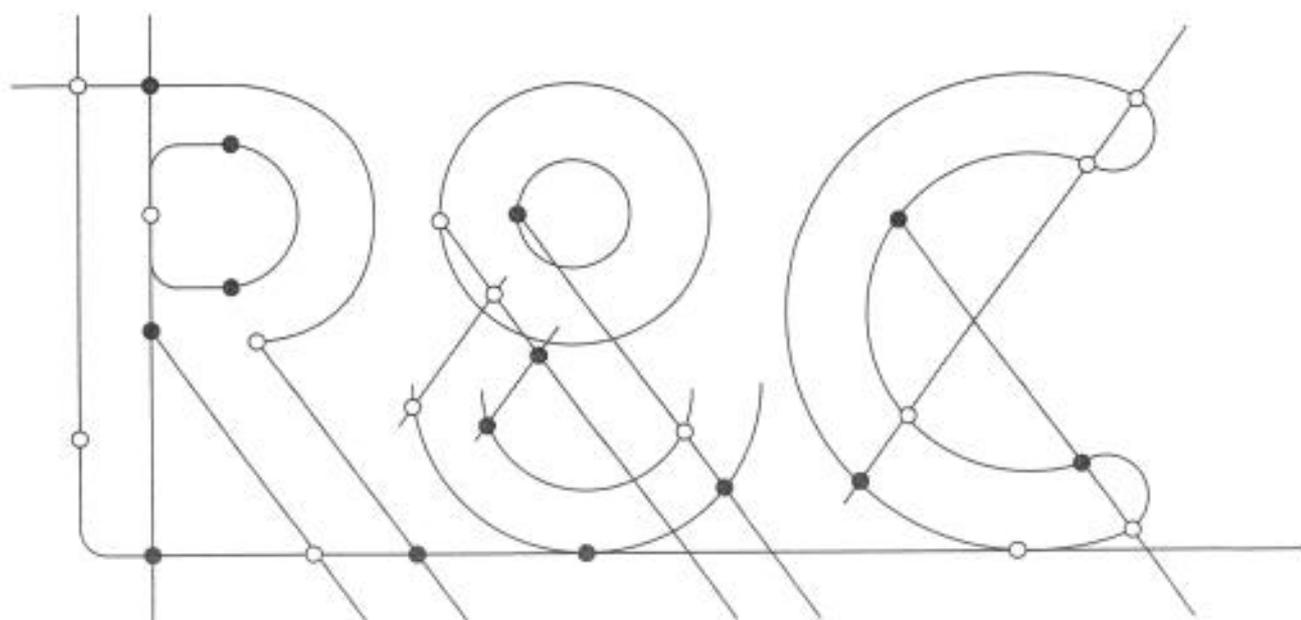

***CTT Gest – Gestão de Serviços e
Equipamentos Postais, SA***
Relatório e contas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Relatório e Contas

2012



Índice

01	RELATÓRIO DE GESTÃO	5
	INTRODUÇÃO	5
	GOVERNO DA SOCIEDADE	5
	SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA	6
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL	6
	RECURSOS	6
	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	6
	SITUAÇÃO PATRIMONIAL	8
	PERSPETIVAS FUTURAS	10
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	10
02	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CTT GEST E NOTAS ANEXAS	11
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	16
	2.1.1 NOTA INTRODUTÓRIA	16
	2.1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
	2.1.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	17
	2.1.3.1 Ativos fixos tangíveis	17
	2.1.3.2 Ativos intangíveis	18
	2.1.3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira	19
	2.1.3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill	19
	2.1.3.5 Instrumentos financeiros	20
	2.1.3.6 Resultados por ação	23
	2.1.3.7 Distribuição de dividendos	25

2.1.3.8 Provisões e passivos contingentes	23
2.1.3.9 Locações	23
2.1.3.10 Rédito	24
2.1.3.11 Impostos	25
2.1.3.12 Regime do acréscimo	26
2.1.3.13 Julgamentos e estimativas	26
2.1.3.14 Matérias ambientais	27
2.1.3.15 Acontecimentos subsequentes	27
4. FLUXOS DE CAIXA	28
5. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS	29
6. PARTES RELACIONADAS	29
7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	33
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	34
9. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	35
10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	36
11. DIFERIMENTOS	38
12. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO	38
13. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	38
14. DIVIDENDOS	39
15. RESULTADOS POR AÇÃO	39
16. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	39
17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	40
18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	41
19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	41
20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	42
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	42
22. GASTOS COM PESSOAL	43
23. DEPRECIAÇÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	43
24. OUTROS GASTOS E PERDAS	44

25. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	44
26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	44
27. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	45
28. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	46

01 RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

A CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA é uma empresa do Grupo CTT – Correios de Portugal, SA, criada em Dezembro de 2003, com o objetivo de prestar serviços de gestão às empresas do Grupo, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Estudos de estratégia e desenvolvimento empresarial;
- Prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial;
- Locação de máquinas e equipamentos de tratamento, transporte e distribuição de envios postais, e respetiva prestação de serviços;
- Licenciamento de direitos de propriedade intelectual.

Ao longo de 2012, a CTT Gest prestou serviços aos CTT, nomeadamente nos domínios da prestação de serviços de distribuição do correio empresarial nas cidades de Lisboa e Porto, e do outsourcing dos serviços de assistência em escala de terceiros de correio no aeroporto de Lisboa.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Na Assembleia-Geral da Sociedade realizada em 30 de novembro de 2012 foram eleitos, para o triénio 2012/2014 os membros dos órgãos sociais da sociedade. Foi igualmente deliberado que os membros eleitos na altura fossem dispensados da prestação de caução.

Conselho de Administração

- Presidente do Conselho de Administração - Dr^a Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira
- Vogal do Conselho de Administração - Dr. Hernâni Joaquim Mateus Santos

A Presidente do Conselho de Administração eleita é, simultaneamente, vogal do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, SA, não auferindo, assim, qualquer tipo de remuneração pelo exercício de funções na Sociedade.

Fiscal Único

As funções de Fiscal Único são exercidas pela PricewaterhouseCoopers, representada pelo Dr. José Pereira Alves ou pelo Dr. João Rui Fernandes Ramos, sendo suplente o Dr. José Manuel Henriques Bernardo, Revisor Oficial de Contas.

SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

No Relatório de Sustentabilidade 2012 dos CTT constam os elementos referentes à Sociedade.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL

Em 2012, a CTT Gest prestou serviços de assessoria aos CTT em vários domínios relevantes para a prossecução de objetivos estratégicos definidos pelos CTT, S.A.

RECURSOS

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa tinha 48 colaboradores no seu quadro de pessoal próprio, dos quais 41 estavam cedidos aos CTT, S.A., 40 dos quais são quadros superiores. A estes acresciam 16 trabalhadores cedidos pelos CTT, S.A.

A empresa oferece um seguro de saúde aos seus colaboradores.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O Resultado Operacional e o Resultado Líquido foram positivos em, respetivamente, 1.226 m.€ e 899 m.€.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) registou um decréscimo de 257 m.€, conforme se discrimina:

<i>Milhares de euros</i>	2012	2011	Δ 12/11	$\Delta\%$ 12/11
Vendas e serviços prestados	1.855,8	3.452,8	-1.597,0	-46,3%
Fornecimentos e serviços externos	-658,4	-1.929,3	1.270,9	65,9%
Gastos com pessoal	-1.978,7	-2.552,7	574,0	22,5%
Provisões	71,2	20,5	50,7	247,3%
Outros rendimentos e ganhos	1.971,7	2.526,4	-554,7	-22,0%
Outros gastos e perdas	-3,9	-2,6	-1,3	-50,0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-31,4	-32,2	0,8	2,5%
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	1.226,3	1.482,9	-256,6	-17,3%

As prestações de serviços englobam:

- a assessoria aos CTT no valor de 172m.€,
- a prestação de serviços de tratamento do correio aéreo no valor de 758 m.€,
- e os royalties e licenças relativas à marca PayShop no valor de 886 m.€.

Os Fornecimentos e serviços externos registam um decréscimo de 65,9% passando para 658 m.€ devido à cessação da prestação do serviço de distribuição de correio empresarial, em julho de 2011, que originou uma descida acentuada na contratação de trabalho temporário.

A variação ocorrida nos gastos com pessoal deve-se fundamentalmente à transferência de quadros superiores cedidos aos CTT, S.A. para os quadros da empresa-mãe, o que foi acontecendo ao longo do exercício, bem como da inclusão dos encargos com o pagamento dos subsídios de férias em virtude de a norma que previa a sua suspensão e inscrita no Orçamento de Estado para 2013, ter sido considerada inconstitucional pelo respetivo tribunal.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

<i>Milhares de Euros</i>	2012	2011	Δ%12/11
<i>Vendas e serviços prestados</i>	1.855,8	3.452,8	-46,3%
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	-658,4	-1.929,3	65,9%
<i>Gastos com pessoal</i>	-1.978,7	-2.552,7	22,5%
<i>Provisões</i>	71,2	20,5	247,3%
<i>Outros rendimentos e ganhos</i>	1.971,7	2.526,4	-22,0%
<i>Outros gastos e perdas</i>	-3,9	-2,6	-50,0%
<i>Gastos/reversões de depreciação e amortização</i>	-31,4	-32,2	2,5%
<i>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</i>	1.226,3	1.482,9	-17,3%
<i>Juros e gastos similares incorridos</i>	-0,3	-5,5	95,5%
<i>Resultado antes de impostos</i>	1.226,0	1.477,4	-17,0%
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	-326,8	-393,1	16,9%
<i>Resultado líquido do período</i>	899,2	1.084,3	-17,1%

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Da comparação dos balanços em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 ressaltam como alterações na situação patrimonial financeira:

O ativo diminuiu em 418 m.€, montante que assenta fundamentalmente:

- na redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 259 m.€,
- no decréscimo do saldo de clientes em 118 m.€ pela diminuição da faturação,
- e na redução do saldo das outras contas do ativo em 41 m.€;

A diminuição do passivo em 234 m.€ deve-se especialmente:

- à redução das provisões de 71 m.€,

- ao decréscimo do saldo de acionistas em 67 m.€ pela diminuição do valor do imposto a pagar,
- e ainda à redução nos diferimentos e nas outras contas a pagar em 35 m€.

A redução no capital próprio de 184 m.€ prende-se quase exclusivamente com o decréscimo do resultado líquido.

BALANÇO

Milhares de Euros	2012	2011	Δ%12/11
ATIVO NÃO CORRENTE	1.234	1.266	-2,5%
<i>Ativos intangíveis</i>	1.234	1.266	-2,5%
ATIVO CORRENTE	2.114	2.501	-15,5%
<i>Clientes</i>	272	390	-30,4%
<i>Acionistas/ sócios e empresas do Grupo</i>	24	-	100,0%
<i>Outras contas a receber</i>	152	186	-18,2%
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	1.666	1.925	-13,5%
TOTAL DO ATIVO	3.348	3.767	-11,1%
CAPITAL PRÓPRIO	2.819	3.003	-6,1%
<i>Capital realizado</i>	1.600	1.600	0,0%
<i>Reservas legais</i>	320	320	0,0%
<i>Resultados transitados</i>	-	-1	100,0%
<i>Resultado líquido do período</i>	899	1.084	-17,1%
PASSIVO NÃO CORRENTE	96	167	-42,7%
<i>Provisões</i>	96	167	-42,7%
PASSIVO CORRENTE	433	596	-27,3%
<i>Fornecedores</i>	62	86	-27,9%
<i>Estado e outros entes públicos</i>	99	135	-26,6%
<i>Acionistas/ sócios e empresas do Grupo</i>	-	67	-100,0%
<i>Outras contas a pagar</i>	233	228	2,0%
<i>Diferimentos</i>	40	80	-50,0%
TOTAL DO PASSIVO	529	763	-30,7%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	3.348	3.767	-11,1%

PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade da empresa, em 2013, continuará centrada no domínio da prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial à empresa-mãe e às empresas do Grupo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos positivos de 899.224,90 € sejam integralmente utilizados para distribuição de dividendos ao acionista.

Lisboa, 24 de abril de 2013

O Conselho de Administração



Dr.^a Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Presidente



Dr. Hernâni Joaquim Mateus Santos

Administrador

02 **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CTT GEST E NOTAS ANEXAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature

CTT GEST - GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS, S.A.
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euro

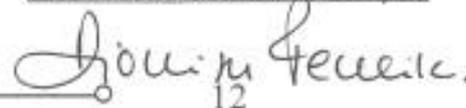
	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	1.234.236	1.265.633
Total do ativo não corrente		1.234.236	1.265.633
Ativo corrente			
Clientes	10	271.569	389.793
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	24.333	-
Outras contas a receber	10	152.258	185.817
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.666.058	1.925.181
Total do ativo corrente		2.114.218	2.500.791
Total do ativo		3.348.454	3.766.424
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	1.600.000	1.600.000
Reservas legais	13	320.000	320.000
Resultados transitados	13	-	(1.097)
Resultado líquido do período		899.225	1.084.312
Total do capital próprio		2.819.225	3.003.215
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	95.672	166.883
Total do passivo não corrente		95.672	166.883
Passivo corrente			
Fornecedores	17	61.823	85.690
Estado e outros entes públicos	18	99.094	135.061
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	-	67.429
Outras contas a pagar	17	232.613	228.123
Diferimentos	11	40.027	80.023
Total do passivo corrente		433.557	596.326
Total do passivo		529.229	763.209
Total do capital próprio e do passivo		3.348.454	3.766.424

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

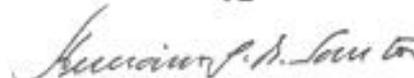
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



 12



CTT GÉST - GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária: Euro

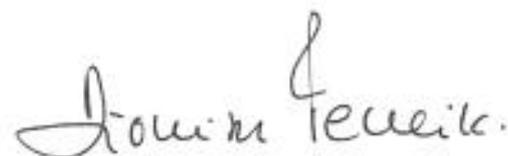
	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	19	1.855.751	3.452.839
Fornecimentos e serviços externos	21	(658.400)	(1.929.292)
Gastos com o pessoal	22	(1.978.678)	(2.552.655)
Provisões (aumentos/reduções)	16	71.211	20.483
Outros rendimentos e ganhos	20	1.971.741	2.526.438
Outros gastos e perdas	24	(3.936)	(2.577)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>1.257.688</u>	<u>1.515.236</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	(31.397)	(32.240)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>1.226.291</u>	<u>1.482.996</u>
Juros e gastos similares suportados	25	(250)	(5.569)
Resultados antes de impostos		<u>1.226.041</u>	<u>1.477.427</u>
Imposto sobre o rendimento do período	26	(326.816)	(393.115)
Resultado líquido do período		<u>899.225</u>	<u>1.084.312</u>
Resultado por ação	15	<u>2,81</u>	<u>3,39</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




CTT GEST - GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária: Euro

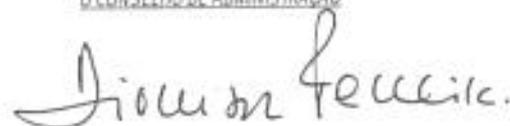
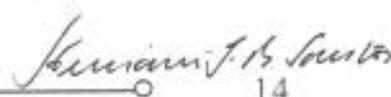
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	1.600.000	320.000	(1.097)	1.172.059	3.090.962
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:						
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
	2	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2011	3				1.084.312	1.084.312
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				1.084.312	1.084.312
OUTRAS OPERAÇÕES NO PERÍODO:						
Aplicação do resultado líquido do período de 2010						
Transferência para reservas e resultados transitados					(1.172.059)	(1.172.059)
Distribuição de dividendos					-	-
Outras operações					-	-
	5				(1.172.059)	(1.172.059)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	1.600.000	320.000	(1.097)	1.084.312	3.003.215
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012		1.600.000	320.000	(1.097)	1.084.312	3.003.215
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2012					899.225	899.225
RESULTADO INTEGRAL DO PERÍODO DE 2012					899.225	899.225
OUTRAS OPERAÇÕES NO PERÍODO:						
Aplicação do resultado líquido do período de 2011						
Transferência para reservas e resultados transitados					(1.097)	(1.097)
Distribuição de dividendos	14				(1.083.215)	(1.083.215)
Outras operações				1.097	-	1.097
	5			1.097	(1.084.312)	(1.083.215)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+2+3+5	1.600.000	320.000	-	899.225	2.819.225

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT GEST - GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária : Euro

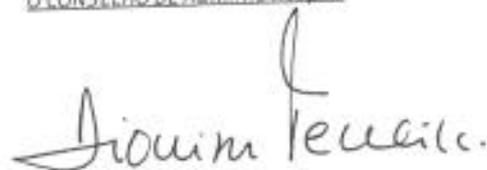
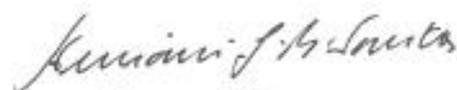
	Notas	31-12-2012	31-12-2011
<u>Fluxos de Caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		4.163.625	6.693.117
Pagamentos a fornecedores		(658.267)	(2.342.462)
Pagamentos ao pessoal		(2.069.288)	(2.672.686)
Caixa gerada pelas operações		<u>1.436.070</u>	<u>1.677.969</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(258.594)	(365.056)
Pagamento de outros impostos		(413.531)	(553.846)
Outros recebimentos/pagamentos		(3.437)	(176.379)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(675.562)</u>	<u>(1.095.281)</u>
		<u>760.508</u>	<u>582.688</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			(62)
Activos fixos tangíveis		63.584	100.309
Juros e rendimentos similares		63.584	100.247
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>63.584</u>	<u>100.247</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			(5.512)
Juros e gastos similares		(1.083.215)	(1.172.059)
Dividendos		(1.083.215)	(1.177.571)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(1.083.215)</u>	<u>(1.177.571)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(259.123)	(494.636)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.925.181	2.419.817
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.666.058	1.925.181

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

2.1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. com sede na Rua de S. José nº.20 1150-209 Lisboa, tem como atividade principal a prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial, bem como o licenciamento de direitos de propriedade intelectual e a compra, venda e locação de máquinas e equipamento de tratamento, transporte e distribuição de envios postais e outros bens móveis e imóveis.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais que são expressas em Euros por esta ser a moeda principal das operações da Empresa.

2.1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art. 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto Lei nº. 158/2009, a empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e as respetivas interpretações ("SIC/IFRS") do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2012 e 2011 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até um de janeiro de 2009 (data da transição para SNC) encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

2.1.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

2.1.3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada, cessando quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

2.13.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade. A CTT GEST realiza testes de imparidade em dezembro de cada ano.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

2.1.3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração de resultados por naturezas do período.

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Juros e rendimentos similares obtidos” e as negativas como “Juros e gastos similares suportados”.

2.1.3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vida útil definida, sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

2.1.3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.



Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o seu custo amortizado não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O

seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.



2.1.3.6 Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

2.1.3.7 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

2.1.3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

2.1.3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e

vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

2.1.3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, e prestações de serviços, royalties e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito refere-se substancialmente a : (i) prestação de serviços de distribuição de correspondência e assessoria técnica a empresas do grupo; (ii) royalties da cedência do uso de marca e (iii) fee cobrado por cedência da utilização de licença .

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.12.10 Impostos

Imposto sobre o rendimento ("IRC")

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias,

com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos posteriores a 2010 poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nestas demonstrações financeiras. Contudo, este prazo poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que dependendo das circunstâncias os prazos são alongados ou suspensos.

2.1.2 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

2.1.3 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas

de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

2.1.3.14 Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de caráter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações.

2.1.3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas

pr

demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis</i>	66.058	125.181
<i>Depósitos bancários a prazo</i>	<u>1.600.000</u>	<u>1.800.000</u>
<i>Caixa e seus equivalentes (Balanço)</i>	<u><u>1.666.058</u></u>	<u><u>1.925.181</u></u>

5. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Sendo a Empresa integralmente detida pelos CTT SA., todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, ou seja, o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT. As partes relacionadas também englobam os quadros chave da Empresa.

Os quadros chave são compostos pelo Conselho de Administração e Fiscal Único e pelos responsáveis diretamente dependentes da Administração.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:



	31-12-2012					
	<i>Clientes e outras contas receber</i>	<i>Fornecedores e outras contas pagar</i>	<i>Acionistas/sócios e empresas do Grupo (SD)</i>	<i>Acionistas/sócios e empresas do Grupo (SC)</i>	<i>Rendimentos</i>	<i>Gastos</i>
Empresas do Grupo CTT						
<i>Empresa Mãe</i>	182.201	47.579	24.333	-	2.748.935	603.430
<i>Outras partes relacionadas</i>	89.368	-	-	-	912.729	686
	<u>271.569</u>	<u>47.579</u>	<u>24.333</u>	<u>-</u>	<u>3.661.664</u>	<u>604.116</u>
	31-12-2011					
	<i>Clientes e outras contas receber</i>	<i>Fornecedores e outras contas pagar</i>	<i>Acionistas/sócios e empresas do Grupo (SD)</i>	<i>Acionistas/sócios e empresas do Grupo (SC)</i>	<i>Rendimentos</i>	<i>Gastos</i>
Empresas do Grupo CTT						
<i>Empresa Mãe</i>	276.700	65.911	-	67.429	5.031.948	687.774
<i>Outras partes relacionadas</i>	113.093	-	-	-	967.186	-
	<u>389.793</u>	<u>65.911</u>	<u>-</u>	<u>67.429</u>	<u>5.999.134</u>	<u>687.774</u>

SD - saldos devedores; SC - saldos credores

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:



31-12-2012					
Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
<i>Empresa Mãe</i> CTT Correios de Portugal, S.A.	182.201	24.333	206.534	47.579	-
<i>Outras partes relacionadas</i> CTT Expresso, S.A.	-	-	-	-	-
Payshop, S.A.	89.368	-	89.368	-	-
Mailtec Processos	-	-	-	-	-
	<u>271.569</u>	<u>24.333</u>	<u>295.902</u>	<u>47.579</u>	<u>47.579</u>

31-12-2011					
Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)
<i>Subsidiárias</i> CTT Correios de Portugal, S.A.	276.700	-	276.700	65.911	67.429
<i>Outras partes relacionadas</i> CTT Expresso, S.A.	1.646	-	1.646	-	-
Payshop, S.A.	104.772	-	104.772	-	-
Mailtec Processos	6.675	-	6.675	-	-
	<u>389.793</u>	<u>-</u>	<u>389.793</u>	<u>65.911</u>	<u>67.429</u>

SD- saldos devedores; SC - saldos credores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

hu.

	31-12-2012		
	<i>Vendas e serviços prestados</i>	<i>Outros rendimentos e ganhos</i>	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>
<i>Empresa Mãe</i>			
<i>CTT Correios de Portugal, S.A.</i>	929.700	1.819.235	603.430
<i>Outras partes relacionadas</i>			
<i>Payshop, S.A.</i>	886.055	14.879	-
<i>Mailtec Processos</i>	-	11.795	-
<i>CTT Expresso, S.A.</i>	-	-	686
	<u>1.815.755</u>	<u>1.845.909</u>	<u>604.116</u>
	31-12-2011		
	<i>Vendas e serviços prestados</i>	<i>Outros rendimentos e ganhos</i>	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>
<i>Empresa Mãe</i>			
<i>CTT Correios de Portugal, S.A.</i>	2.492.567	2.539.381	687.774
<i>Outras partes relacionadas</i>			
<i>Payshop, S.A.</i>	920.276	35.120	-
<i>Mailtec Processos</i>	-	11.790	-
	<u>3.412.843</u>	<u>2.586.291</u>	<u>687.774</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

fu.

	31-12-2012				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades de financiamento	Total de pagamentos	Atividades operacionais	Total de recebimentos
<i>Empresa Mãe</i>					
CTT Correios de Portugal, S.A.	602.008	1.083.215	1.685.223	3.179.088	3.179.088
<i>Outras partes relacionadas</i>					
CTT Expresso, S.A.	686	-	686	-	-
Payshop, S.A.	-	-	-	960.156	960.156
Mailtec Processos	-	-	-	22.424	22.424
	<u>602.694</u>	<u>1.083.215</u>	<u>1.685.909</u>	<u>4.161.668</u>	<u>4.161.668</u>
	31-12-2011				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades de financiamento	Total de pagamentos	Atividades operacionais	Total de recebimentos
<i>Empresa Mãe</i>					
CTT Correios de Portugal, S.A.	715.029	1.172.059	1.887.088	5.640.789	5.640.789
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Payshop, S.A.	-	-	-	1.008.758	1.008.758
Mailtec Processos	-	-	-	62.800	62.800
	<u>715.029</u>	<u>1.172.059</u>	<u>1.887.088</u>	<u>6.712.347</u>	<u>6.712.347</u>

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

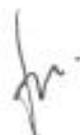
Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas principais rubricas, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	31-12-2012	
	<i>Equipamento administrativo</i>	<i>Total</i>
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
<i>Saldo inicial</i>	-	-
<i>Saldo final</i>	-	-
<i>Depreciações acumuladas</i>		
<i>Saldo inicial</i>	-	-
<i>Depreciações do período</i>	-	-
<i>Alienações</i>	-	-
<i>Saldo final</i>	-	-
Activos fixos tangíveis líquidos	-	-

	31-12-2011	
	<i>Equipamento administrativo</i>	<i>Total</i>
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
<i>Saldo inicial</i>	8.995	8.995
<i>Alienações</i>	(8.995)	(8.995)
<i>Saldo final</i>	-	-
<i>Depreciações acumuladas</i>		
<i>Saldo inicial</i>	4.520	4.520
<i>Depreciações do período</i>	830	830
<i>Alienações</i>	(5.350)	(5.350)
<i>Saldo final</i>	-	-
Activos fixos tangíveis líquidos	-	-

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:



	31-12-2012		
	<i>Projetos de desenvol.</i>	<i>Propriedade industrial</i>	<i>Total</i>
Activos intangíveis			
<i>Saldo inicial</i>	655.596	3.326.814	3.982.410
<i>Saldo final</i>	655.596	3.326.814	3.982.410
<i>Amortizações acumuladas</i>			
<i>Saldo inicial</i>	655.596	2.061.181	2.716.777
<i>Amortizações do período</i>	-	31.397	31.397
<i>Saldo final</i>	655.596	2.092.578	2.748.174
Activos intangíveis líquidos	-	1.234.236	1.234.236

	31-12-2011		
	<i>Projetos de desenvol.</i>	<i>Propriedade industrial</i>	<i>Total</i>
Activos intangíveis			
<i>Saldo inicial</i>	655.596	3.326.814	3.982.410
<i>Saldo final</i>	655.596	3.326.814	3.982.410
<i>Amortizações acumuladas</i>			
<i>Saldo inicial</i>	655.583	2.029.784	2.685.367
<i>Amortizações do período</i>	13	31.397	31.410
<i>Saldo final</i>	655.596	2.061.181	2.716.777
Activos intangíveis líquidos	-	1.265.633	1.265.633

As depreciações do período no montante de 31.397 Euros (31.410 euros em 2011) foram registadas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 23)

9. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros compreendem os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. Na Empresa o

risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa. Os saldos a receber referem-se substancialmente a empresas do grupo o que mitiga este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

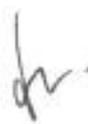
Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 as rubricas "Clientes" e "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:



	31-12-2012			31-12-2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Cientes						
Correntes	271.569	-	271.569	389.793	-	389.793
	<u>271.569</u>	<u>-</u>	<u>271.569</u>	<u>389.793</u>	<u>-</u>	<u>389.793</u>
Outras contas a receber						
Correntes	152.258	-	152.258	185.817	-	185.817
	<u>152.258</u>	<u>-</u>	<u>152.258</u>	<u>185.817</u>	<u>-</u>	<u>185.817</u>
	<u>423.827</u>	<u>-</u>	<u>423.827</u>	<u>575.610</u>	<u>-</u>	<u>575.610</u>

Cientes

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a antiguidade do saldo do item "Cientes" é detalhada conforme se segue:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Empresas do Grupo	Total	Empresas do Grupo	Total
Cientes				
Saldo não vencido	271.569	271.569	388.205	388.205
Saldo vencido:				
> 360 dias	-	-	1.588	1.588
	<u>271.569</u>	<u>271.569</u>	<u>389.793</u>	<u>389.793</u>

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as rubricas de "Outras contas a receber" apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2012	31-12-2011
Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos	137.411	169.152
Outros ativos correntes	14.847	16.665
	<u>152.258</u>	<u>185.817</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Diferimentos" do passivo corrente apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Correntes</i>		
<i>Outros</i>	40.027	80.023
	<u>40.027</u>	<u>80.023</u>

12. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Capital

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa era composto por 320.000 ações com o valor nominal de 5,00€ cada, sendo detido na sua totalidade pelo acionista CTT Correios de Portugal, SA. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

13. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de "Reservas legais" apresentava o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Saldo inicial</i>	320.000	320.000
<i>Saldo final</i>	<u>320.000</u>	<u>320.000</u>

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Saldo inicial</i>	(1.097)	(1.097)
<i>Outras variações</i>	1.097	-
<i>Saldo final</i>	<u>·</u>	<u>(1.097)</u>

14. DIVIDENDOS

Na Assembleia-geral realizada em 11 de maio de 2012, foi aprovada a distribuição de um dividendo de 3,39 Euros por ação referente ao período 2011, tendo sido pago, no mês de Junho de 2012 o dividendo de 1.083.215 Euros.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os resultados por ação foram calculados como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Resultado líquido do período</i>	899.225	1.084.312
<i>Nº médio de ações ordinárias</i>	<u>320.000</u>	<u>320.000</u>
<i>Resultado líquido por ação</i>	<u>2,81</u>	<u>3,39</u>

16. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:



31-12-2012			
<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Reversões</i>	<i>Saldo final</i>
<i>Provisões correntes</i>			
<i>Processos judiciais</i>			
166.883	-	(71.211)	95.672
<u>166.883</u>	<u>-</u>	<u>(71.211)</u>	<u>95.672</u>
31-12-2011			
<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Reversões</i>	<i>Saldo final</i>
<i>Provisões correntes</i>			
<i>Processos judiciais</i>			
187.365	30.001	(50.483)	166.883
<u>187.365</u>	<u>30.001</u>	<u>(50.483)</u>	<u>166.883</u>

As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para outros riscos e encargos destina-se à cobertura de presumíveis gastos com um conjunto de processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho.

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

	31-12-2012			31-12-2011		
	<i>Empresas do Grupo</i>	<i>Outros fornecedores</i>	<i>Total</i>	<i>Empresas do Grupo</i>	<i>Outros fornecedores</i>	<i>Total</i>
Fornecedores, conta corrente:						
0-30 dias	47.579	1.062	48.641	65.911	6.597	72.508
> 360 dias	-	13.182	13.182	-	13.182	13.182
	<u>47.579</u>	<u>14.244</u>	<u>61.823</u>	<u>65.911</u>	<u>19.779</u>	<u>85.690</u>

Outras contas a pagar

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Corrente		
<i>Credores por acréscimos de gastos</i>		
<i>Remunerações a liquidar</i>	208.256	201.502
<i>Outros credores</i>		
<i>Outras</i>	24.357	26.621
	<u>232.613</u>	<u>228.123</u>

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Passivo corrente		
<i>Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares</i>	8.272	18.136
<i>Imposto sobre o valor acrescentado</i>	65.399	68.002
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	25.423	48.923
	<u>99.094</u>	<u>135.061</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi apurado como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Estimativa de imposto</i>	(326.816)	(393.115)
<i>Pagamentos por conta</i>	175.212	228.960
<i>Retenção na Fonte</i>	175.937	231.584
	<u>24.333</u>	<u>67.429</u>

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Prestação de serviços</i>	1.855.751	3.452.839
	<u>1.855.751</u>	<u>3.452.839</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

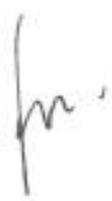
	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Cedência pessoal</i>	1.903.391	2.422.991
<i>Outros ganhos</i>	921	2.538
<i>Juros obtidos</i>	67.429	100.909
	<u>1.971.741</u>	<u>2.526.438</u>

De acordo com o esclarecimento nº. 26 da Comissão de Normalização Contabilística de Maio/2012, os “juros e rendimentos similares obtidos” que não derivem diretamente do financiamento da entidade, deverão afetar o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) pelo que passam, a partir de 2011 (reexpresso) a estar incluídos na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” da demonstração de resultados por natureza.

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Serviços especializados</i>		
<i>Trabalhos especializados</i>	628.999	1.638.493
<i>Conservação e reparação</i>	2.893	9.885
<i>Materiais</i>	39	432
<i>Energia e fluídos</i>	4.107	32.202
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	290	1.798
<i>Serviços diversos</i>		
<i>Rendas e alugueres</i>	7.590	61.434
<i>Comunicação</i>	775	5.995
<i>Seguros</i>	4.632	19.626
<i>Contencioso e notariado</i>	1.926	1.003
<i>Outros serviços</i>	7.149	158.424
	<u>658.400</u>	<u>1.929.292</u>



22. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Conselho Fiscal</i>	11.395	9.480
<i>Remunerações do pessoal</i>	1.360.937	1.819.093
<i>Subsídio de alimentação</i>	196.351	224.027
<i>Abonos quilométricos e outros abonos</i>	19.258	23.922
<i>Encargos sobre remunerações</i>	387.821	458.674
<i>Outros gastos com o pessoal</i>	2.916	17.459
	<u>1.978.678</u>	<u>2.552.655</u>

A rubrica de “Remunerações do pessoal” inclui a responsabilidade de pagamento de subsídio de férias tendo em consideração o parecer do Tribunal Constitucional sobre esta matéria.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as remunerações fixas atribuídas aos órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Fiscal Unico</i>		
<i>Remunerações fixas</i>	11.395	9.480
	<u>11.395</u>	<u>9.480</u>

23. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o detalhe das “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
<i>Depreciações (Nota 7)</i>	-	830
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Amortizações (Nota 8)</i>	31.397	31.410
	<u>31.397</u>	<u>32.240</u>

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Impostos e taxas</i>	960	695
<i>Gastos e perdas em inv. não financeiros</i>	-	2
<i>Multas</i>	627	-
<i>Serviços bancários</i>	<u>2.349</u>	<u>1.880</u>
	<u><u>3.936</u></u>	<u><u>2.577</u></u>

25. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
<i>Juros suportados</i>		
<i>Outros juros</i>	-	5.512
<i>Outros gastos de financiamento</i>	<u>250</u>	<u>57</u>
	<u><u>250</u></u>	<u><u>5.569</u></u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 25%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em 2.000.000 Euros, atingindo-se uma taxa máxima agregada de cerca de 29%.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Resultado antes de impostos	1.226.041	1.477.427
<i>Taxa nominal de imposto até 12.500€</i>	-	12,5%
<i>Taxa nominal de imposto superior a 12.500€</i>	-	25,0%
<i>Taxa nominal de imposto</i>	25,0%	-
Imposto esperado	<u>304.948</u>	<u>367.794</u>
<i>Diferenças permanentes</i>		
<i>Menos valias contabilísticas</i>	-	2
<i>Mais valias fiscais</i>	-	1
<i>Mais valias contabilísticas</i>	-	(4)
<i>Indemnizações por eventos seguráveis</i>	-	-
<i>Outras situações, líquidas</i>	627	-
<i>Total dos acertos</i>	627	(1)
<i>Lucro tributável</i>	1.226.668	1.477.426
<i>Colecta</i>	306.667	367.794
<i>Ajustamentos à colecta - tributação autónoma</i>	1.749	3.159
<i>Ajustamentos à colecta - derrama municipal</i>	18.400	22.161
Imposto sobre o rendimento do período	<u>326.816</u>	<u>393.115</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	26,66%	26,61%
Impostos sobre o rendimento do período		
<i>Imposto corrente</i>	<u>326.816</u>	<u>393.115</u>
	<u>326.816</u>	<u>393.115</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As declarações fiscais da Empresa de 2010 podem ser sujeitas a revisão uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

27. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa subscreveu um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º14/2008 de 29 de julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais,

nomeadamente, (i) danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

28. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 24 de abril de 2013.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A handwritten signature in black ink, appearing to be "T. Silva".

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A handwritten signature in black ink, appearing to be "João Pereira".A handwritten signature in black ink, appearing to be "Aurélien J. B. Santos".



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA (CTT Gest), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 3.348.454 euros e um total de Capital próprio de 2.819.225 euros, incluindo um Resultado líquido do exercício de 899.225 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de Gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações,

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

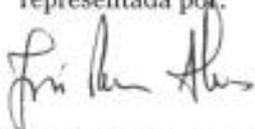
os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

30 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

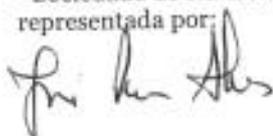
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

30 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.